

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do Auditor Independente..... 1

Balanços patrimoniais..... 3

Demonstrações do superávit ou déficit 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 5

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 6

Notas explicativas às demonstrações contábeis 7

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da
Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida ("Associação") em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida em 31 de dezembro de 2024 e o superávit do exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração da Associação é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração do balanço patrimonial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A administração da Associação é responsável pela governança e pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis da Associação, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da
Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida
São Paulo - SP

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Associação.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Associação, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba, 17 de março de 2025.



Karin Monchak
Contadora - CRC-1PR26.371/O-9
MGI Assurance Auditores Independentes S/S
CRC-1PR007392/O-3

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.897.963,73	5.088.243,93
Outras contas a receber	24.900,43	19.529,40
	5.922.864,16	5.107.773,33
Não circulante		
Imobilizado (Nota 5)	7.204.009,77	6.971.994,13
	7.204.009,77	6.971.994,13
Total do ativo	13.126.873,93	12.079.767,46
Passivo		
Circulante		
Salários e encargos sociais (Nota 6)	464.208,26	345.914,16
Obrigações tributárias	18.184,80	-
	482.393,06	345.914,16
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	11.733.853,30	10.189.625,28
Superávit do exercício	910.627,57	1.544.228,02
	12.644.480,87	11.733.853,30
Total do passivo e patrimônio líquido	13.126.873,93	12.079.767,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Receitas operacionais		
Sem restrição		
Atividades de assistência social (Nota 7)		
Créditos da Nota Fiscal Paulista - SEFAZ	3.359.105,41	3.170.685,45
Contribuições e doações voluntárias	1.796.764,23	2.222.200,98
Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	708.329,94	519.658,18
Doações do exterior	-	7.890,12
Rendimentos de aplicações financeiras	535.400,88	498.771,77
Receita com baixa de bens do ativo imobilizado	188.000,00	-
Outras receitas	60.000,00	1.141,18
	<u>6.647.600,46</u>	<u>6.420.347,68</u>
Com restrição		
Atividades de assistência social (Nota 7)		
Receitas de fomento	<u>316.214,15</u>	<u>-</u>
	<u>316.214,15</u>	<u>-</u>
	<u>6.963.814,61</u>	<u>6.420.347,68</u>
Custos da atividade		
Assistência social (Notas 8 e 9)	<u>(319.538,66)</u>	<u>(319.627,12)</u>
Resultado bruto	<u>(319.538,66)</u>	<u>6.100.720,56</u>
Despesas operacionais (Nota 9)		
Administrativas		
Salários e encargos sociais	(3.758.342,58)	(2.783.310,69)
Despesas administrativas	(1.597.821,54)	(1.317.981,06)
Aluguéis	(158.556,01)	(142.915,75)
Depreciações e amortização	(187.449,36)	(273.030,28)
Impostos e taxas	(20.617,10)	(27.672,20)
	<u>(6.042.325,25)</u>	<u>(4.544.909,98)</u>
Outras despesas operacionais (Nota 10)		
Despesas financeiras	(10.861,79)	(9.252,09)
Outras despesas operacionais	-	(2.330,47)
	<u>(10.861,79)</u>	<u>(11.582,56)</u>
Superávit do exercício	<u>910.627,57</u>	<u>1.544.228,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2023	<u>8.341.314,61</u>	<u>1.848.310,67</u>	<u>10.189.625,28</u>
Transferência do superávit de recursos sem restrição	1.848.310,67	(1.848.310,67)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.544.228,02</u>	<u>1.544.228,02</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>10.189.625,28</u>	<u>1.544.228,02</u>	<u>11.733.853,30</u>
Transferência do superávit de recursos sem restrição	1.544.228,02	(1.544.228,02)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>910.627,57</u>	<u>910.627,57</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>11.733.853,30</u>	<u>910.627,57</u>	<u>12.644.480,87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstração dos fluxos de caixa – Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	910.627,57	1.544.228,02
Ajustes		
Depreciações	187.449,36	273.030,28
Superávit ajustado	1.098.076,93	1.817.258,30
Aumento/redução de ativos e passivos		
Outras contas a receber	(5.371,03)	(10.230,32)
Fornecedores	-	(19.614,77)
Salários e encargos sociais	118.294,10	96.651,18
Obrigações tributárias	18.184,80	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.229.184,80	1.884.064,39
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições/baixas de ativo imobilizado, líquidas	(419.465,00)	(163.889,58)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(419.465,00)	(163.889,58)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	809.719,80	(1.720.174,81)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.088.243,93	3.368.069,12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.897.963,73	5.088.243,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação “Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida” (Associação), foi fundada em 05 de dezembro de 2007, cuja sede está localizada na Rua Aliança Liberal, 84, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial. Tem por objetivo dar proteção às crianças em regime excepcional, provisório ou transitório obedecendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Possui as aprovações CMDCA Nº 1343/2007, COMAS Nº 137, Declaração de Utilidade Pública e registro na SEDS.

A Associação tem por finalidade:

- Acolher crianças de 0 a 17 anos e onze meses, que perderam vínculos familiares, especialmente as órfãs de pai e/ou mãe;
- Proporcionar aos abrigados: ensino, alimentação, assistência médica e odontológica, moral, material e religiosa; bem como frequência à escola, orientação profissional e todo o suporte que se fizer necessário ao crescimento pessoal dos atendidos no que tange à educação, honestidade, ocupação, religiosidade e cidadania;
- Acolher na forma de república de jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social, econômica e familiar;
- Realizar atividades de assistência social e apoio a crianças e jovens e em situação de vulnerabilidade social e familiar.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 17 de março de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, complementada pelo pronunciamento técnico NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.

3. Resumo das práticas contábeis

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, pelo regime de competência.

A subvenção governamental é recebida na forma de compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para finalidade de dar suporte financeiro imediato à Associação sem qualquer despesa futura relacionada, e, conforme previsto na norma técnica NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, é reconhecida como receita no período em que se torna recebível.

As receitas de doações são compostas por:

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Programa Nota Fiscal Paulista, onde a Associação recebe créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios a partir de:
 - a. Cupons fiscais relativos às suas aquisições próprias;
 - b. Doação de cupons fiscais sem CPF, realizada pelos próprios consumidores a favor da Associação, por meio do sistema da Nota Fiscal Paulista;
 - c. Doação automática de cupons fiscais com CPF, cuja opção pode ser realizada pelo consumidor diretamente no sistema da Nota Fiscal Paulista.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

Despesas

As despesas abrangem todos os gastos incorridos direta ou indiretamente, na execução das atividades de assistência social, reconhecidos pelo regime de competência dos exercícios.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós fixados resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, que se equipara ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição. O valor de mercado e vida útil técnica e econômica remanescente de edifícios, terrenos e bens móveis foi registrado com base em Laudo Técnico de Avaliação, realizado em outubro de 2019. A depreciação/amortização é calculada linearmente ao longo da vida útil remanescente dos ativos.

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação/amortização
Terrenos	-
Máquinas e equipamentos	10% a 25%
Móveis e utensílios	5% a 20%
Veículos	10%
Computadores e periféricos	5% a 12%

Um item de imobilizado/intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Tributação

- **Imunidade tributária**

A Associação é beneficiada com a imunidade tributária prevista na Constituição Federal, artigo 150, bem como atende aos requisitos do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/66) Art. 14, incisos I, II e III.

- **Isenção**

A Associação, por atender aos requisitos do Art. 29 da Lei 12.101/09, faz jus à isenção do pagamento da contribuição a cargo da Associação, destinada à Seguridade Social.

Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	3.731,05	1.799,27
Conta corrente bancária	319.265,78	350.870,80
Aplicações financeiras	5.574.966,90	4.735.573,86
	5.897.963,73	5.088.243,93

As aplicações financeiras estão classificadas como mantidas para negociação e foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Essas aplicações, fundos de investimento em renda fixa, com rendimentos compatíveis com a variação do CDI.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado

	2024			2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	4.104.546,14	(506.406,39)	3.598.139,75	4.004.546,14	(464.661,87)	3.539.884,27
Terrenos	2.427.319,63	-	2.427.319,63	2.427.319,63	-	2.427.319,63
Veículos	874.590,00	(283.887,51)	590.702,49	559.790,00	(198.569,79)	361.220,21
Móveis e utensílios	360.395,02	(122.749,61)	237.645,41	360.395,02	(116.409,53)	243.985,49
Benfeitorias e instalações	208.687,29	(42.203,32)	166.483,97	208.687,29	(24.579,52)	184.107,77
Máquinas e equipamentos	166.711,37	(79.047,98)	87.663,39	162.046,37	(74.989,58)	87.056,79
Equipamentos de informática	186.305,78	(90.250,65)	96.055,13	186.305,78	(57.885,81)	128.419,97
	8.328.555,23	(1.124.545,46)	7.204.009,77	7.909.090,23	(937.096,10)	6.971.994,13

6. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2024	2023
Provisão para férias	249.078,62	187.689,43
Salários a pagar	151.662,00	113.542,00
FGTS a recolher	22.406,75	17.129,97
INSS a recolher	37.694,09	8.872,26
Demais encargos sociais	3.366,80	18.680,50
	464.208,26	345.914,16

Os dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos atos constitutivos da Associação.

7. Receita operacional

	2024	2023
Sem restrição		
Atividades de assistência social		
Créditos da Nota Fiscal Paulista - SEFAZ	3.357.105,41	3.170.685,45
Contribuições e doações voluntárias	1.796.764,23	2.222.200,98
Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	708.329,94	519.658,16
Doações do exterior	-	7.890,12
Rendimentos de aplicações financeiras	535.400,88	498.771,77
Receita com baixa de bens do ativo imobilizado	188.000,00	-
Outras receitas	60.000,00	541,18
	6.647.600,46	6.419.747,68
Com restrição		
Atividades de assistência social		
Receitas de fomento (a)	316.214,15	-
	6.963.814,61	6.419.747,68

(a) Referem-se a receitas oriundas de Termos de Fomento firmados entre a Casa do Pequeno Cidadão e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Têm como objetivos principais: aquisição de equipamentos para a instituição, construção de sala de estimulação sensorial e qualificação técnica da equipe. Em contrapartida a Associação deve apresentar relatórios de execução do projeto e desembolsos financeiros, bem como comprovantes regulares de

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

8. Custos da atividade de assistência social

	2024	2023
Assistência médica, odontológica e medicamentos	(254.854,61)	(220.019,18)
Alimentação	(64.684,05)	(80.990,92)
Instrução e material pedagógico	-	(16.995,42)
Transporte	-	(1.621,60)
	(319.538,66)	(319.627,12)

9. Despesa por função e natureza

	2024	2023
Despesa por função:		
Despesas operacionais	(5.722.786,59)	(4.544.909,98)
Custos da atividade de assistência social	(319.538,66)	(319.627,12)
	(6.042.325,25)	(4.864.537,10)

Despesa por natureza:		
Despesas com salários	(2.794.956,29)	(2.101.513,13)
Despesas com encargos sociais	(963.386,29)	(681.797,56)
Manutenção e conservação	(469.436,11)	(360.780,37)
Despesas com assistência social	(319.538,66)	(319.627,12)
Depreciações e amortização	(187.449,36)	(273.030,28)
Captação de recursos	(6.144,54)	(52.249,48)
Aluguéis	(158.556,01)	(142.915,75)
Serviços de terceiros	(903.308,02)	(716.129,60)
Impostos e taxas	(20.617,10)	(27.672,20)
Demais despesas administrativas	(218.932,87)	(188.821,61)
	(6.042.325,25)	(4.864.537,10)

10. Outras despesas operacionais

	2024	2023
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(9.373,20)	(8.299,49)
Outras despesas financeiras	(1.488,59)	(496,99)
	(10.861,79)	(8.796,48)
Outras despesas operacionais		
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	-	(2.330,47)
Outras despesas	-	(455,61)
		(2.786,08)
	(10.861,79)	(11.582,56)
